

# TELEVISÃO ABERTA NO SUL DO BRASIL: CONTEÚDO REGIONAL SOB CONTROLE POLÍTICO E RELIGIOSO

OPEN TELEVISION IN THE SOUTH OF BRAZIL: REGIONAL CONTENT UNDER POLITICAL AND RELIGIOUS CONTROL

*TELEVISION ABIERTA EN LA REGIÓN SUR DE BRASIL: CONTENIDO REGIONAL SOBRE CONTROL POLÍTICO Y REGIOSO*

## Pâmela Araujo Pinto

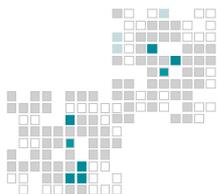
■ Doutora em Comunicação, em 2015, pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisa Mídia, Política e Mídias Regionais. Trabalhos relevantes: Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. Ciberlegenda (2013) e Mídia Regional no Brasil. Eptic (2014).

■ E-mail: [pinpamela@gmail.com](mailto:pinpamela@gmail.com).

## Ivonete da Silva Lopes

■ Professora na Universidade Federal de Viçosa (UFV), doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2014. Trabalhos relevantes: TV Brasil e a construção da rede nacional de televisão pública. Livro (2015). Political Culture and the Democratization of Communications in Brazil. Latin American Perspectives (2014).

■ E-mail: [ivonetesilvalopes@gmail.com](mailto:ivonetesilvalopes@gmail.com).



## RESUMO

A partir da análise da televisão aberta na região Sul, segundo maior mercado da radiodifusão do Brasil, este artigo traz uma discussão sobre a mídia regional e regionalização da programação. Avaliamos a presença das redes da TV públicas e da TV Record (emissora comercial de grupo religioso) e identificamos barreiras à democratização das comunicações nos três estados, evidenciado com o domínio de grupos políticos e religiosos sobre as concessões de TV. O estudo apontou uma pequena inserção de conteúdo local nas TVs comerciais e públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** TELEVISÃO COMERCIAL; TELEVISÃO EDUCATIVA; MÍDIA REGIONAL; REGIÃO SUL.

## ABSTRACT

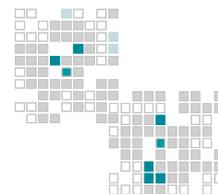
Based on an analysis of open television in the South, which is the second largest broadcasting market in Brazil, this article shows a discussion on regional media and the regionalization of the programming. We assessed the presence of public TV networks and of TV Record (a commercial broadcaster of a religious group) and identified barriers for the democratization of communications in the three states, evidenced by the dominance of political and religious groups over the TV concessions. The study found a minor insertion of local content in the commercial and public TVs.

**KEYWORDS:** COMMERCIAL TELEVISION; EDUCATIONAL TELEVISION; REGIONAL MEDIA; SOUTH REGION.

## RESUMEN

A partir del análisis de la televisión abierta en la región Sur de Brasil, el segundo mayor mercado de radiodifusión del país, este artículo proporciona un análisis de los medios de comunicación regionales y regionalización de la programación. Se evaluó la presencia de cadenas de televisión públicas y TV Record (emisora comercial de grupo religioso) e identificamos los obstáculos a la democratización de las comunicaciones en los tres estados, evidenciado por el predominio de los grupos políticos y religiosos sobre las concesiones de televisión. El estudio encontró una pequeña inserción de contenido local en las televisiones comerciales y públicas.

**PALABRAS CLAVE:** TELEVISIÓN COMERCIAL; TELEVISIÓN EDUCATIVA; MEDIOS REGIONALES; REGIÓN SUR.



## 1. Apresentação

Este artigo analisa os vínculos econômicos e políticos de concessionários de televisão na Região Sul, a partir do estudo de uma amostra de emissoras públicas e privadas, para discutir barreiras existentes à democratização das comunicações neste espaço. O texto está dividido em dois eixos, o primeiro aborda os aspectos da televisão comercial, como as características, os políticos dos concessionários e apresenta a incursão da Rede Record no Sul. O segundo é direcionado à presença das TVs educativas, a dimensão da sua rede e o controle das concessões por grupos privados.

O Sul é o principal mercado de mídia fora da região Sudeste e os vínculos entre os concessionários de mídia, igrejas, empresários e políticos expõem desafios frequentes no âmbito da mídia regional, tendo em vista uma afiliação a grupos de referência nacional.

A região tem uma economia diversificada, com forte impacto no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O desenvolvimento econômico equilibrado nas unidades propiciou uma urbanização diferente de outras partes do país (IPEA, 2000), pois sua população encontra-se distribuída entre os polos urbanos de cada Estado, não havendo uma concentração nas capitais. Isso é importante para justificar a forte presença da mídia regional nos Estados, com mercados consolidados em diversas cidades (Autora, 2015).

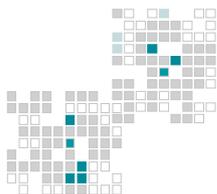
Optamos por analisar o impacto dos vínculos entre grupos regionais e nacionais nessa região, utilizando a televisão como referência. A televisão aberta é o principal tipo de veículo no Brasil e reflete a lógica da estruturação da mídia no país: concentração de empresas em poucos grupos e na centralização geográfica na produção de conteúdo nas sedes das redes de TV de abrangência nacional. A estruturação desse mercado em rede ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, com o apoio e infraestrutura do governo Militar (1964-1985), que propiciou a criação da Rede Nacional de Te-

lecomunicações, da Embratel, do Ministério das Comunicações, entre outras ferramentas (Jambeyro, 2001). Tal estrutura permitiu que emissoras de TV, instaladas no Rio de Janeiro e em São Paulo, se expandissem em rede, passando a produzir conteúdo para o restante do território.

A promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), em 1962, e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão são exemplos de suportes legais necessários ao desenvolvimento da indústria da televisão (idem). Em 1967, o governo militar editou o Decreto-lei nº 236, que, além de tornar o modelo mais autoritário e centralizador, criou restrições à propriedade de emissoras de rádio e TV, limitando a 10 o número de emissoras que cada entidade poderia controlar em todo o território nacional. Isso estimulou o surgimento de redes, pelas quais as futuras empresas de TV nacionais expandiriam sua atuação nas regiões com parceiros locais. Elas passaram de uma fase na qual os veículos funcionavam isoladamente para uma transmissão de conteúdo simultâneo (Caparelli, 1982), deixando de ser relativamente competitivo para ser um modelo concentrado e centralizado, entre 1965 e 1970 (Bolaño, 2004).

O histórico da televisão na região Sul data de 1959, quando foi implantada em Porto Alegre, a TV Piratini. Ou seja, nove depois que a transmissão televisão tinha começado no país. A segunda emissora nasceu em Curitiba, em 1960, a TV Paranaense. A primeira TV de Santa Catarina foi inaugurada, em 1969, em Blumenau, a TV Coligadas. Em 1970 a TV Cultura foi ao ar em Florianópolis.

Depois de quase duas décadas de atividades das TVs comerciais no Brasil, iniciou-se o processo de implantação da televisão não comercial, em 1967, quando surgiu a TVE de Pernambuco. O mesmo decreto que criou essa nova modalidade de televisão estabeleceu uma série de medidas que reprimiam o direito de expressão, que



permaneceu durante todo o período ditatorial (1964-1985)<sup>1</sup>. Longe de promover a cidadania e tornar mais democrático o acesso da população aos meios de comunicação, o objetivo era mais político, com a utilização do meio televisivo para dar suporte a uma perspectiva ditatorial-militar de dominação (Autora, 2015). No Sul, a primeira emissora de televisão educativa chega apenas em 1974, no Rio Grande do Sul, com a implantação da TVE-RS. Na década seguinte, em 1987, o governo paranaense implantou a TVE-PR. Santa Catarina teve sua primeira TV pública em 1992, quando surgiu a TV Caracol. O cenário das TVs Públicas sofreu profundas alterações na década de 1990, quando se tornou possível ao concessionário inserir conteúdo local e apoio institucional. A medida modificou o perfil das emissoras até então concentradas nas mãos de governos estaduais, federal e universidades públicas. O panorama atual demonstra que houve a privatização das emissoras que, agora, em sua maioria, pertencem às fundações sem fins lucrativos vinculadas a grupos empresariais, políticos e religiosos.

## 2. Características do mercado de TVs comerciais no Sul

A descentralização populacional e econômica da região, somada à sua forte mídia regional (imprensa e de radiodifusão), permite que os vínculos de afiliação sejam recorrentes em diferentes escalas (supraestadual, estadual e subestadual) (Autora, 2015). Muitas empresas de cobertura subestadual, por exemplo, são afiliadas às redes de rádio nacional (CBN, Rádio Globo, Jovem Pan, etc). As principais redes de televisão aberta atuam de três formas no Sul: com afiliadas, formadas por grupos regionais; com sede própria, a exemplo das emissoras do SBT, Band e Record, no Rio Grande do Sul; e por meio de sociedade com grupos locais. No Paraná a Band tem sociedade com o grupo J Malucelli desde 1991, é pro-

prietária de 50% da TV Curitiba, e o SBT é sócio da Rede Massa, desde 2008, de propriedade do apresentador Carlos Massa (Ratinho).

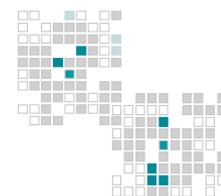
Há uma forte concentração do mercado de TV em poucos grupos, a exemplo da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) e da Rede Independência de Comunicação (RIC). A RBS é afiliada da Globo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul - é o maior grupo regional do Brasil, com cerca de 60 veículos (rádio, TV, jornais, portais de *internet*, mercado editorial e indústria fonográfica) (Fonseca, 2005). A RIC é afiliada à Record e é o segundo maior grupo regional no Sul, com atuação no Paraná e em Santa Catarina. Tem mais de 20 concessões de rádio e televisão e outras mídias.

Além dos veículos de radiodifusão, muitos grupos afiliados a redes nacionais somam também impressos e portais de *online*, formando conglomerados regionais alicerçados nas referências de grupos externos. Muitas empresas pertencem a políticos, condição ignorada pelas redes nacionais. Abaixo expomos a atuação da Rede Record nos três Estados para verificar os vínculos existentes entre as redes e o mercado regional.

### 2.1 Rede Record

A Record é o principal grupo religioso comercial do país, sendo a TV fundada em 1953, em São Paulo, pelo empresário Paulo Machado de Carvalho. Tornou-se rede nacional em 1990, após ter sido adquirida pela Igreja Universal do Reino de Deus (Brittos, 1999). Em 2007, lançou o Record News, o primeiro canal de TV aberta *all news*. Temas religiosos são frequentes nas produções dos veículos. Tem 108 emissoras e cobre 93% do território. Na sua grade há 11 telejornais, sete programas de auditório e três de variedades, *realities shows* e quatro séries importadas. No Sul tem como afiliada a Rede Independência de Comunicação (RIC), com emissoras no Paraná e em Santa Catarina, e tem empresas de radiodifusão e o jornal *Correio do Povo*, em Porto Alegre.

<sup>1</sup> Para o tema ver o Decreto-Lei nº 236/1967.



A RIC tem sede em Curitiba e soma 11 TVs, três portais, cinco rádios, dois jornais e duas editoras de revista. Informa atingir 16 milhões de pessoas com os seus veículos, 532 cidades, com 12 centros de produção. Define-se também como a maior produtora de conteúdo regional, com 1.400 minutos diários de programação nos dois Estados. Pertence à família Petrelli, sendo criado, em 1975, por Mário Petrelli, com a aquisição de duas rádios, em Curitiba e em Joinville. O grupo fortaleceu sua cobertura ao longo das últimas décadas, mas apenas em 2008 houve a unificação das TVs do Paraná e de Santa Catarina sob a bandeira Record - até esta data a Record era vinculada à Igreja Universal e a Rede SC era afiliada ao SBT, pertencia à família Petrelli (Dantas, 2010). O veículo mais recente é o portal RIC Mais, com conteúdos das emissoras

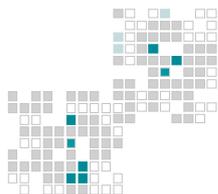
(Autora, 2015). Iniciou sua operação em Santa Catarina, com a TV Cultura e informa alcançar 2,2 milhões de pessoas por dia (90,5% do Estado). Na rede predominam os programas jornalísticos e informativos - há apenas quatro de entretenimento.

A Record passou a atuar diretamente no Rio Grande do Sul, em 2007. Antes a programação da emissora era transmitida pela TV Pampa. A Record RS informa que saltou do quinto para o segundo lugar da audiência, em dois anos (idem). Aposta no conteúdo local, informando que tem o maior do Estado, com mais de cinco horas diárias de jornais. Com eles, a emissora busca uma aproximação com a comunidade, participando de uma agenda regional de eventos e transmissões externas ao vivo. Abaixo expomos as grades de programação da Rede Record no Sul.

**Tabela 1: Grade de programação da Rede Record no Sul**

Grupo	Afiliações	Tempo da Programação local	Programação semanal	Programação final de semana
Record Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Semana 6h (por dia) e final de semana 2h30	6h30 Balanço Geral Manhã 7h28 Rio Grande no Ar 12h Balanço Geral RS 19h45 Rio Grande Record	13h Balanço Geral 9h TRI Legal (dom) 10h Motor Show
RIC Paraná	Curitiba Londrina Maringá Cornélio Procopio Cascavel Toledo Foz do Iguaçu	Semana 5h (por dia) e final de semana 2h	7h30 Paraná no AR 12h Balanço Geral PR 13h30 Balanço Geral PR Esportes 14h Ver mais 19h Cidade Alerta PR 20h Ric Notícias	9h Ric Rural Ligado em Você (Maringá) GPS Tur (Maringá) Bom de Pesca (idem) Som da Terra (idem) Conversando com o chefe Tiaco (Londrina) Programa Siqueira Martins Shop Car
RIC Santa Catarina	Florianópolis Joinville Blumenau Itajaí Chapecó Xanxerê	Semana 5h (por dia) e final de semana 3h	Balanço Geral SC SC no Ar Jornal do Meio dia Ver mais Cidade Alerta Ric Notícias Tribuna do Povo (Joinville) Jornal da Uma (Joaçaba) Esporte Geral (Itajaí)	Clube da Bola Its, TV Jornal do Meio dia Música pelos caminhos (Chapecó) Oeste Rural (idem) Ric Rural (domingo)

Fonte: Rede RIC; Record RS e Autora (2015).



O tempo destinado ao conteúdo local oscila entre 20% a 25% da grade na semana e cai para menos de 10% no final de semana. As afiliadas e a Record RS repetem formatos programas da grade nacional, determinando o enfoque para conteúdos como o jornalismo policial. Nos três Estados predomina o conteúdo jornalístico (as atrações de entretenimento são limitadas a um programa no Rio Grande do Sul, dois em Santa Catarina e cinco no Paraná). Encontramos traços de valorização da cultura regional nas atrações musicais.

## 2.2 Elos políticos e religiosos dos concessionários

Se considerarmos as principais redes de TV comerciais brasileiras como referência para verificar os vínculos entre políticos e as mídias regionais no Sul, podemos afirmar que a propriedade de mídia por políticos é expressiva. O atual governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, tem outorgas no nome da esposa nos veículos do Sistema Catarinense (SBT SC) e os deputados Ratinho Jr e Sergio Spada têm outorgas na Rede Massa (SBT PR) e na RIC PR.

Em uma pesquisa realizada em 2015, a Autora localizou 56 políticos donos de outorgas de radiodifusão no Sul. O Paraná tem o maior número de políticos com mídias, somando 36 pessoas (64,2% da amostra), entre senadores, governadores, prefeitos, deputados e vereadores. Santa Catarina tem

11 políticos e o Rio Grande do Sul somou nove concessões vinculadas a políticos. Os deputados federais são o principal número de concessionários no Paraná - são 13 parlamentares com outorgas. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina predominaram os prefeitos, com quatro outorgas em cada unidade. Santa Catarina tem três senadores sócios de concessões. Essa posse favorece a visibilidade dos donos durante os períodos nos quais estão exercendo cargos e também quando tentam retomar ao poder, além de dar acesso à participação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Congresso.

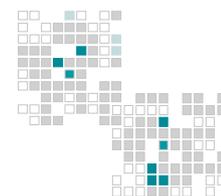
## 3. TVs Educativas na região Sul e grupos concessionários

O Sul também tem o segundo maior número de TVs públicas. Concentra 20,5% das TVs Educativas em atividade no Brasil, fica atrás apenas da Sudeste que tem 48,9% de todas as concessões (quadro 1). É seguido pelo Nordeste, com 17,6%, Centro-Oeste, com 8,7%, e Norte, com 4,3%. Se for feita uma projeção somando as três categorias (canais em atividade, em processo e vagos) aumenta ainda mais a disparidade entre as regiões. O quadro de distribuição revela que há mais Educativas nas regiões e nos Estados mais ricos e influentes politicamente do país. A maior parte das concessões está nos Estados mais industrializados.

Quadro 1: Distribuição de TVs Educativas por região

Região	Em atividade	Em processo	Canal vago	Total
Sudeste	67	43	51	161
Sul	28	08	14	50
Nordeste	24	11	10	45
Centro-Oeste	12	02	05	19
Norte	06	02	04	12
Total	137	66	84	287

Fonte: Autora (2015), com base nos dados fornecidos pela Anatel.



A partir da análise dos Estados da região, verifica-se disparidade entre os número de concessões educativas. A maior concentração ocorre no Paraná, onde estão 13 das 28 emissoras. Na sequência aparece Santa Catarina com nove emissoras e Rio Grande do Sul com seis. É relevante observar a pouca quantidade de TVs Educativas no Estado gaúcho por ter este forte expressão tanto em termos políticos quanto econômicos, assim como por ter destaque por sua economia e possuir a maior população da região.

### 3.1 Grupos privados no domínio da TV pública na região Sul

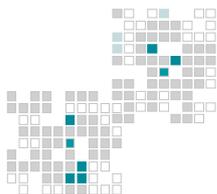
As fundações constituídas por entes privados: empresários/outros, políticos, universidades particulares e grupos ou organizações religiosas, possuem 23 emissoras ou 82,1% das TVs Educativas da região. Apenas cinco canais educativos (17,9%) estão sob o comando de instituições públicas, entre eles: a) duas prefeituras, uma no Paraná e outra no Rio Grande do Sul; b) dois governos estaduais: do Paraná e do Rio Grande do Sul; e uma de universidade pública, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os dados apresentados revelam que ao se falar de TVs Educativas nesta região estamos nos referindo praticamente às emissoras controladas por “concessionários” particulares. Esse quadro é um dos reflexos da política de comunicação iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), período no qual a distribuição das outorgas das emissoras comerciais passou a ser feita por meio de licitação, e se possibilitou aos canais educativos a geração de conteúdo local e inserção de apoio institucional. Medidas que as tornaram mais viáveis para atender aos interesses de grupos privados locais.

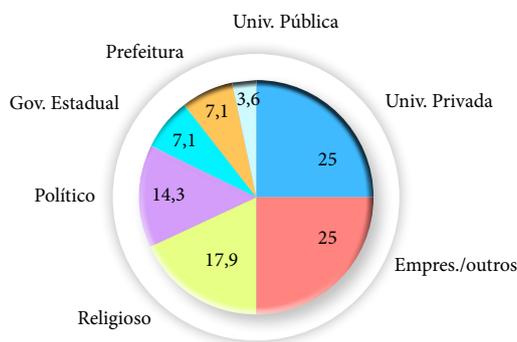
Rio Grande do Sul e Paraná apresentam características semelhantes, cada um possui duas emissoras controladas por entes públicos, sendo uma pelo respectivo governo estadual e outra por prefeitura (Montenegro/RS e Ponta Grossa/PR). Santa Catarina aparece, nesse aspecto, em terceiro lugar, visto que tem apenas uma TV pública que pertence à UFSC.

Baseado no quadro societário de cada emissora, através da análise da relação dos sócios e/ou da entidade concessionária, foi construída as categorias de emissoras a partir do vínculo social de cada uma delas. Encontrou-se maior dificuldade de nomeação no estado do Paraná devido à ausência de informações precisas, porque algumas emissoras fechavam e voltavam à atividade com outra razão social ou outro nome. Também houve casos de arrendamento de canais. Em virtude desses problemas, a designação ou categorização do grupo “empresários/outros” acabou sendo um reflexo da falta de clareza em relação ao perfil dos concessionários, mais do que uma categoria rigorosa ou precisa que inclui apenas os empresários, no sentido estrito.

De acordo com a tipologia adotada, temos dois grupos de concessionários predominantes: a) Universidades Privadas; e b) Empresários/outros. Cada um deles detém 25% das TVs Educativas da região, ou seja, sete concessões (Gráfico 1). Na sequência vem o grupo Político com 14,3%, o que correspondente a quatro canais. As fundações mantidas por grupos religiosos possuem 17,9% ou cinco emissoras. As prefeituras e governos estaduais aparecem em menor porcentagem, com 7,1%, visto que cada um possui duas TVs. Constatou-se a existência de uma universidade pública com uma emissora - equivalente a 3,6% do total de emissoras em funcionamento na região.



**Gráfico 1: TVs Educativas por grupo concessionário na Região Sul**



Fonte: Autora (2015).

Se observada a forma como foram entregues as outorgas pelo Estado brasileiro, poucas universidades públicas as receberam na região, somente a UFSC possui concessão. Com isso não se aponta que emissoras nas mãos de entes públicos sejam “puras”, livres de ingerências e interesses políticos, econômicos, religiosos, entre outros, isto é, que elas não sejam utilizadas para fins políticos que destoam dos princípios aqui discutidos às TVs públicas. Predominam critérios político-econômicos para a sua concessão.

Verificando-se o perfil dos concessionários por Estado, o Paraná apresenta o quadro mais grave. Entre as suas 13 emissoras, duas delas pertencem ao grupo que designamos de Religioso católico, denominado “Fundação Evangelizar é Preciso”, do padre Reginaldo Manzotti. São elas as TVs 3º Milênio de Curitiba e de Maringá. A referida fundação não é de fato a concessionária, essas foram arrendadas da Fundação Champagnat, de Curitiba, e da Fundação Nossa Senhora de Lourdes, de Maringá. Deve-se destacar que a Fundação Evangelizar é Preciso projeta se consolidar como uma rede regional de televisão católica, pois no final de 2012 possuía 60 retransmissoras que levavam a sua programação a 431 cidades paranaenses.

Um pouco maior que o grupo Religioso aparece o grupo classificado como Político com três emissoras educativas no Paraná. Uma delas é a

TV Cultura Norte Paranaense (Rolândia), que lançou sua diretora, Flávia de Paula, como candidata à prefeitura dessa cidade, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 2008. A candidata foi condenada judicialmente por abuso de poder econômico e uso indevido de meio de comunicação, ficando inelegível por três anos. A emissora foi multada por beneficiar a candidata supracitada em sua programação.

Um dos sócios da TV Alvorada (Colorado), Antônio João Manzano, se candidatou pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a vice-prefeito de Colorado. Ele foi eleito para esse cargo e o exerceu de 2008 a 2012. Outra Educativa do Paraná que classificamos como do grupo Político é a TV Milênio (União da Vitória), em que um dos seus sócios, Airton Roveda Filho, ocupou o cargo de prefeito desse município e deputado federal, tendo passagem por vários partidos políticos.

No grupo Empresários/outros se encontram a TV Carajás (Campo Mourão), assim como a CATVE (Cascavel), que integra o grupo de comunicação de Jorge Guirado, que também é “proprietário” da TV Tarobá (Londrina). Deve-se destacar que essa última é uma concessão comercial afiliada à Rede Bandeirantes. A terceira integrante do grupo Empresários/outros é a TV Cultura Cinturão Verde (Cianorte) e pertencente à Fundação Antonio Barbara, também proprietária da rádio educativa Olga FM. Nesse grupo Empresários/outros inclui-se também a TV Caiuá (Assis Chateaubriand). Negociada e/ou vendida várias vezes, essa emissora educativa passou por vários donos e em uma das gestões foi denominada TV Piquiri, que retransmitia a Rede TV. Também faz parte desse grupo a TV Beltrão (Francisco Beltrão) - a única emissora educativa afiliada à TV Brasil no Paraná.

Há ainda um grupo designado de “Universidade Privada”. Nele está a TV Unipar, que pertence à Universidade Unipar, uma instituição de ensino superior privada localizada no município de Umuarama.

Comparativamente ao Paraná, o Rio Grande do Sul possui um cenário aparentemente mais homogêneo em relação aos perfis dos grupos concessionários. Mas, como o Paraná, o Estado tem duas TVs Educativas públicas. Uma delas é a TVE-RS, com sede na capital, pertencente ao governo estadual. A outra é a TV Cultura, localizada no município de Montenegro, que é o concessionário. As outras quatro emissoras são classificadas no grupo Universidades Privadas: a) UCS TV, da Universidade de Caxias do Sul; b) UPF TV, da Universidade de Passo Fundo; c) Unisinos TV, da Universidade do Vale dos Sinos; e d) a Ulbra TV, da Universidade Luterana do Brasil.

Em Santa Catarina foram encontrados cinco tipos de grupos concessionários, aproximando-se do Paraná no que diz respeito à diversificação. Enquanto no Paraná o grupo que tem maior quantidade de TVs Educativas é o Empresarial/outros, em Santa Catarina é o Religioso, com três emissoras. Duas delas pertencem à Igreja Neopentecostal Centro Evangelístico de Itajaí (CEI), que criou a Fundação Educacional e Cultural de Itajaí, mantenedora das TVs Brasil Esperança nas cidades de Joinville e Itajaí. A terceira TV Educativa do grupo Religioso desse Estado tem como concessionário a Fundação Educar Sul-Brasil, com sede em Florianópolis. Contudo, essa concessão foi arrendada à TV Canção Nova. Até o final de 2013, atuava apenas com retransmissora da programação gerada pela Canção Nova (SP), mas com a previsão de produzir conteúdo local, em Florianópolis, a partir de 2014.

No grupo classificado como Político há apenas uma emissora em Santa Catarina, a TV Panorama, em Balneário Camboriú. Mantida pela Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, que pertence ao ex-senador e vice-governador do Estado, Leonel Pavan (PSDB), atual deputado estadual. Antes de possuir a TV Panorama, o

seu proprietário já era político profissional, tendo sido prefeito por três mandatos.

Duas TVs Educativas foram inseridas no grupo Empresarial/outros, a ARTV, de Araranguá, pertencente à Fundação Ângelo Redivo, assim como a Rede Bela Aliança, com sede na cidade Rio do Sul, da Fundação Osny José Gonçalves. Essa última, antes de requerer a concessão educativa, já possuía duas outras concessões: a Rádio Mirador AM e a Rádio 93FM. Isto nos indica que a concessão educativa foi adquirida provavelmente para ampliar o alcance do grupo de comunicação.

O grupo Universidade Privada é formado pelas TV FURB, da Universidade Regional de Blumenau; e a TV Unisul (concessão feita durante o governo Lula, em 2003), mantida pela Universidade do Sul de Santa Catarina, de Tubarão. Há ainda a recém-implantada, em canal aberto, UFSC TV. Essa emissora estava disponível somente na transmissão a cabo até maio de 2013, quando iniciou a transmissão pelo canal aberto.

O grupo Religioso é mais expressivo no Estado, com 33,3% das concessões, enquanto no Paraná esse índice cai para menos da metade. Comparando os dois Estados ocorre o inverso em relação ao grupo Político, que é mais expressivo no Paraná, com 23% das concessões. Entre as TVs catarinenses, 11,1% fazem parte do grupo. O grupo Empresarial/outros também tem uma quantidade significativa de TVs Educativas no Paraná, com 38,4% do total, correspondendo a quase três vezes mais a porcentagem encontrada em Santa Catarina. Os três grupos não foram encontrados como concessionário no Rio Grande do Sul. Em contrapartida, as universidades privadas concentram a propriedade das TVs Educativas no Estado gaúcho, detendo 66,7% das concessões. As instituições públicas, conforme já mencionado, são minoritárias no comando das TVs Educativas nos três Estados.

### 3.2 Rede Pública

As TVs Educativas no Sul reproduzem a conhecida verticalização de conteúdo que costuma imperar nas redes televisivas comerciais, retransmitindo a programação de seis cabeças-de-rede: TV Cultura-SP (13 afiliadas), Canal Futura (5 afiliadas), TV Brasil (4 afiliadas), Rede Século 21 (2 afiliadas), SESC TV (uma afiliada) e Rede Mercosul (uma afiliada). Outras duas emissoras não possuem cabeça-de-rede. Excetuando-se a TV Cultura-SP que possui a maior penetração na região, e a TV Brasil, terceira no número de afiliadas, observa-se que a estrutura das educativas está sendo útil para ampliação de fundações privadas em detrimento da rede pública federal, liderada pela TV Brasil – uma das emissoras da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007.

Na Região, a TV Brasil chega por meio de quatro afiliadas, entre as quais duas são emissoras mantidas por instituições públicas (quadro 2).

ticas de comunicação (McQuail, 1992; Pasquali, 1991). E, neste quesito, o projeto de comunicação pública brasileira tem falhado.

### 4. Considerações finais

A lógica reticular da televisão, estabelecida há mais de quatro décadas, reforça o surgimento de conglomerados regionais, tendo em vista que as empresas afiliadas às redes citadas somam outros tipos de mídia, atuando em segmentos como o impresso, o radiofônico e o *online*. Ela também enfraquece a produção de conteúdo regional, pois as principais emissoras de referência nacional deixam espaços determinados para inserção de conteúdo local. Nas afiliadas da Record no Sul, cerca de 90% da programação local era jornalística - o que limita a representatividade social e a valorização das identidades locais. Este cenário contrapõe a Constituição Federal de 1988, sobretudo quanto a proibição do monopólio e do oligopólio nos meios (artigo 220) e a proteção à

Quadro 2: Programação local das afiliadas e conteúdo nacional veiculado

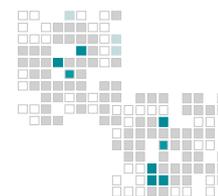
Emissora	Cidade	Estado	Conteúdo local	Conteúdo TV Brasil
TV Beltrão	Francisco Beltrão	PR	2h45	21h15
TV UFSC	Florianópolis	SC	5h00	19h00
ARTV	Araranguá	SC	2h15	21h45
TVE-RS	Porto Alegre	RS	3h30	20h30

Fonte: Autora (2015).

A universalização da cobertura constitui um dos maiores problemas dessa empresa pública porque não consegue levar a programação gratuitamente a todos os brasileiros. O sinal atinge parcialmente à região Sul. O problema da universalização do sinal não conseguiu ser resolvido na primeira meia década de existência da EBC e, desta forma, fere uma das concepções básicas do serviço público: a universalidade de acesso. Propiciar o acesso à programação nas mesmas condições técnicas em todo o país corresponde ao ideal de igualdade que deve nortear as polí-

cultura regional (regionalização da produção e produção independente, do artigo 221).

Apesar de ter um amplo mercado, o Sul possui desafios quanto ao fortalecimento das suas mídias, pois além do forte vínculo e uma grande quantidade de afiliações a grupos de referência nacional, nota-se a presença de políticos como donos de mídias. A propriedade de outorgas, por políticos, em redes como afiliação nacional reitera a negligência deste cenário. Não há nenhuma preocupação destes grupos comerciais com os elos locais estabelecidos, objetiva-se apenas o



lucro. Este traço é reforçado pela forma limitada com a qual o conteúdo regional é feito.

Embora a região Sul tenha uma significativa quantidade de TVs Educativas (28), isso pouco tem representado em relação a diversificação de conteúdo – ou da regionalização da programação – e muito menos indica um contexto mais democrático da comunicação. Neste aspecto duas questões precisam ser pontuadas, a primeira delas refere-se aos grupos concessionários (políticos, empresários e igrejas) que se utilizam dos canais educativos para defender seus próprios interesses, o que se percebe nos formatos da programação veiculada. Por outro lado, mesmo as emissoras concedidas às instituições públicas têm pouca inserção de conteúdo local, retrans-

mitem cerca de 21 hora de programação da cabeça-de-rede.

O Sul não é uma exceção quanto aos problemas apontados em relação à televisão aberta comercial ou pública. Os elos políticos na radiodifusão e, mais recentemente religiosos, acompanham a trajetória televisiva brasileira. O país vem perdendo diversas oportunidades para atualizar a legislação, repensar o papel da radiodifusão e instituir mecanismos de controle social. A reflexão trazida neste artigo contribui para ampliar os debates sobre a regionalização da mídia e dos conteúdos, entretanto é relevante destacar que diante do perfil dos concessionários as mudanças precisam ser amplas e atingir a infraestrutura do setor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Comunicações. *Lista de sócio diretores de outorgas de radiodifusão comercial*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radio-e-tv/noticias-radio-e-tv/33128-Atualizada-lista-de-socios-e-diretores-de-rádios-e-tvs>>. Acesso: 22 nov. 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967*. Complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 28 de agosto de 1962. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>>. Acesso em: 9 jun. 2010.

BOLAÑO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. *A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes*. São Paulo: Paulus, 2007.

BOLAÑO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. *Mercado brasileiro de televisão*. 2. ed. São Cristóvão, SE: Universidade Federal do Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

BRITTOS, Valério Cruz. Disputa e reconfiguração na televisão brasileira. In: *Anos 90*, n. 12, p. 89- 117, 1999.

CAPARELLI, Sergio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

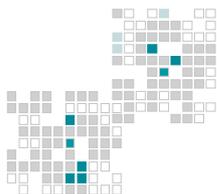
DANTAS, Francisco José Gomes. *As áreas de cobertura das emissoras de TV e as regiões urbanas de Santa Catarina: o caso da Rede Independência de Comunicação*. 2010. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Curso de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silva. *Jornalismo no conglomerado de mídia: a reestruturação produtiva sob o capitalismo global*. 2005. 349f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais*. Sul. Brasília: Ipea, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistic>>



tica/pesquisas/pesquisa\_resultados.php?id\_pesquisa=149>. Acesso: 11 fev. 2016.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2001.

LOPES, Ivonete da S. *TV Brasil e a construção da Rede Nacional de Televisão Pública*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MCQUAIL, Denis. *La acción de los medios de comunicación y el interés público*. Londres: Sage, 1992.

PASQUALL, Antonio. *El orden reina*. Escritos sobre comunicaciones. Caracas: Monte Avila, 1991.

PINTO, Pâmela A. *Mídia Regional Brasileira: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul*. 2015. 336f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PORTAL DA REDE RECORD. Disponível em: <<http://comercial.rede-record.com.br/tabid/54/Default.aspx>>. Acesso: 12 fev. 2016.

REDE INDEPENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.gruporic.com.br/grupo>>. Acesso: 16 fev. 2016.

RECORD RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.rede-recordrs.com.br/conheca-a-record-rs-22072014>>. Acesso: 19 fev. 2016.

Recebido: 02/05/2016

Aceito: 15/06/2016

